



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1008699-55.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **MICHELLE CRISTIANE PINHO, CPF 358.055.068-31 - Advogado (a) DrDr. Ronijer Casale Martins**
 Requerido: **VANESSA FERNANDA DE SOUZA SILVA, CPF 435.205.738-06- Advogado Dr. Joao Benedito Mendes**

Aos 01 de dezembro de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) da ré, Sr^a Daniela. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de n.ºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminado o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que o episódio teve vez quando ambos os veículos trazidos à colação trafegavam pela Avenida José Pereira Lopes e que o conduzido pela ré estava na faixa direita dessa via, enquanto o da autora se encontrava na faixa esquerda. Positivou-se ainda que o embate sucedeu no momento em que a ré efetuava manobra de conversão à esquerda, mudando da faixa em que se encontrava para ganhar acesso à faixa da esquerda, por onde vinha o automóvel da autora. Em razão disso, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem: Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade. Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço. Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos. Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá: I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível; II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido”. É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra: “Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la" ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644). Assentadas essas premissas, impõe-se a certeza de que foi da ré a responsabilidade pelo acidente, porquanto não implementou a manobra de conversão que levou à cabo. Reunia condições para tanto, sendo oportuno registrar que a própria testemunha hoje inquirida deixou claro que pouco antes do acidente a ré reduziu sua velocidade para permitir a passagem de uma motocicleta. Deveria ter igual cautela na sequência porque se assim fosse evitaria a batida contra o automóvel da autora. Nem se diga que os argumentos apresentados na contestação alterariam essa convicção, seja porque o isolado acionamento da sinalização de seta não eximia os cuidados que ainda assim a ré deveria tomar e não o fez, seja porque não há prova minimamente consistente de que o veículo da autora na ocasião imprimisse velocidade excessiva ou mesma incompatível com o local. O trecho em que se deu o episódio é constituído de uma reta, como afirmou a única testemunha ouvida em audiência, de sorte que não é crível que a ré tivesse observado o tráfego que havia na faixa esquerda da pista, o que redundou no embate entre os veículos. Configurada a culpa da ré como condutora do veículo causador do acidente e a do réu em virtude da condição de seu proprietário, resta definir as indenizações a que fará jus a autora. Quanto a reparação dos danos materiais, é patente na medida em que se afigura de rigor a recomposição patrimonial da autora nos termos existentes antes da ocorrência. O valor a esse título, porém, corresponderá ao do orçamento acostado à fls. 17, inexistindo razão para o acolhimento de outro, dentre os apresentados pela autora. Solução diversa aplica-se ao pedido para ressarcimento dos danos morais. A dinâmica em apreço não permite estabelecer a ideia de que a autora tenha ficado exposta a abalo de vulto, indispensável a caracterização dessa espécie de dano. Ademais, não há prova consistente de que em momento algum, inclusive no desdobramento dos contatos entre as partes, a ré tenha dispensado à autora tratamento indigno que encerrasse aquela espécie de prejuízo. Em consequência, o pleito no particular não vinga. Já o pedido contraposto de igual modo não pode prosperar porque, na esteira do que já restou definido, foi da ré a culpa pelo acidente. *Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto, para condenar os réus à pagarem ao(à) autor(a), a importância de R\$ 1.836,00, com correção monetária a partir de junho de 2016 (época de elaboração do orçamento de fls. 17) e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Ronijer Casale Martins

Requerida:

Adv. Requerida: João Benedito Mendes

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA